

cabf
(2.086)

01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

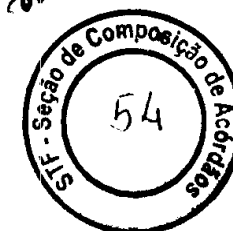
HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	: EZIO RAHAL MELILLO
IMPETRANTE(S)	: LUIZ FERNANDO COMEGNO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

Habeas corpus. Crime continuado. Dilação probatória. Conexão. Reunião facultativa de processos. Prejuízo ao direito de ampla defesa em vista da multiplicidade de ações penais instauradas.

1. Não é possível, em sede de **habeas corpus**, examinar se estão presentes os requisitos fáticos caracterizadores da continuidade delitiva. Tal exame exigiria dilação probatória, não admitida nesta via processual. Ademais, no caso, o Superior Tribunal de Justiça não cuidou do tema no seu mérito, o que configura inviabilidade de seu exame nesta Suprema Corte, porquanto haveria supressão de instância.
2. *“Desde que submetidos ao mesmo juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do CPP.”* (HC nº 80.717/SP, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 5/3/04).
3. Embora a conexão não implique, necessariamente, a reunião dos feitos em curso num único processo, devem eles ser submetidos à competência do mesmo Juízo prevento.
4. A multiplicidade de ações penais não constitui, por si só, obstáculo ao exercício do direito de ampla defesa do paciente. Somente é possível aferir eventual desrespeito a essa garantia constitucional diante de situação concreta.
5. **Habeas corpus** conhecido em parte e, nessa parte, deferido.



Página 1

cabf
(2.086)
HC 91.895 / SP

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em conhecer parcialmente o pedido de **habeas corpus**.

Brasília, 1º de abril de 2008.


MINISTRO MENEZES DIREITO

Relator

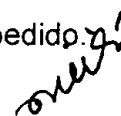
19/02/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO**

RELATOR	:	MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	:	EZIO RAHAL MELILLO
IMPETRANTE(S)	:	LUIZ FERNANDO COMEGNO
COATOR(A/S)(ES)	:	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRELIMINAR**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO****(RELATOR):**


Senhor Presidente, há uma petição da Ordem dos Advogados do Brasil, da Seção de São Paulo, com base no Estatuto da Ordem, solicitando a sua intervenção com sustentação oral e indicando que existe a manifestação favorável do impetrante nesse sentido. O nosso Regimento não guarda nenhum preceito no que se refere a essa possibilidade, mas há a indicação explícita de que o Estatuto da Ordem assim prevê no art. 49, parágrafo único.

Então, consulto a Turma se deferimos este pedido.



19/02/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A
Presidência, de início, pronuncia-se favoravelmente, considerados
até os parâmetros da impetração, considerada a envergadura maior do
habeas corpus.



cabf

(2.086)

19/02/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. MENEZES DIREITO
PACIENTE(S)	: EZIO RAHAL MELILLO
IMPETRANTE(S)	: LUIZ FERNANDO COMEGNO
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO**O EXMO. SR. MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Habeas corpus, sem pedido de liminar, impetrado pelo advogado Luiz Fernando Comegno, em favor de Elzio Rahal Melillo, buscando o reconhecimento de continuidade delitiva em relação aos crimes imputados ao paciente, bem como a reunião dos processos correspondentes.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça que desproveu o RHC nº 20.428/SP, interposto com objetivo idêntico ao perseguido nesta oportunidade.

Alega que:

*"O Recorrente, por razões de ofício – **Advogado** que é (OAB/SP 67.327), responde junto à Justiça Federal de Bauru à mais de **500** (quinhentos) processos crimes, todos por infração aos artigos 304, 299 e 171, § 3º, do Código Penal, figurando como **vítima o INSS**. Destes, 98% encontram-se sendo processados na 2ª Vara Federal Criminal, restando apenas **09** (nove) em trâmite junto à 1ª Vara e **02** (dois) junto à 3ª Vara Criminal, todas da 8ª Subseção Judiciária (Bauru).*

*Consta em todas as denúncias em anexo, que dia **07 de Julho de 2000**, Policiais Federais de Bauru, em diligência na comarca de Botucatu, em busca realizada **no escritório de advocacia do co-réu Francisco Moura, acabaram por apreender 1.000 (mil) Carteiras de Trabalho** já preenchidas com o histórico de trabalho rurais daquela região. Elaborado o competente Auto de Apreensão, foram as CTPS removidas para a sede da PF de Bauru e lá, o **Delegado de Polícia Dr. Amaro Silva, acabou por determinar a abertura de um (um) inquérito para cada CTPS apreendida**. A inusitada diligência policial tinha como objetivo a averiguação das CTPS já que pesava a suspeita que as anotações nelas inseridas eram 'falsas'. Tendo em vista que o **Paciente Dr. Elzio Rahal Melillo era o Advogado que elaborava e***

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

firmava as petições iniciais das ações previdenciárias em desfavor do INSS, ajuizadas no Fórum da comarca de São Manuel – SP, foi o mesmo indiciado em 1.000 (mil) inquéritos policiais pela prática dos delitos de **falsificação de documento público; uso de documento falso e estelionato**. Começava aí o 'inferno' jurídico vivido não só pelo Paciente, mas também pelo próprio Poder Judiciário da 8ª Subseção Federal de Bauru. **Para cada inquérito o MPF aceitou laborar uma denúncia** e hoje já se somam mais de 500 (quinhentos) processos crimes e mais 500 (quinhentos) inquéritos em andamento que, quase que semanalmente, transmudam-se em processos criminais.

O Paciente buscou a tutela jurisdicional do **STJ** porque, o MM. Juiz monocrático deixou de proceder a conexão dos processos, não porque não seria comportado juridicamente, mas sim, porque a justiça não estava aparelhada para um ato dessa magnitude também porque 'seria impossível o manuseio do processo'. Ora, existindo a continuidade delitiva, pouco importa a forma do manuseio do processo, se com **180.000 páginas** ou apenas **180**, já que o Código de Processo Penal não trata da quantidade de páginas a ser carreada aos autos. O que não se pode admitir é que o Paciente, ora Paciente, responda a mais de **500** (quinhentos) processos crimes e ainda outros virão pela existência de quase 500 inquéritos em andamento, sob argumento da falta de 'logística' para manuseio dos autos.

Frize-se que todas as denúncias, sem exceção, tratam de **crime da mesma espécie** (arts. 299, 304 e 171, § 3º do CP).

Como já se disse, o nexos adverbial da continuidade delitiva: **tempo, lugar, modo de execução e outras semelhantes**, encontram-se em todos os processos a que responde o Paciente.

As acusações que pesam contra o Paciente – ora Paciente, traduzem-se no fato de ter o mesmo, no pleno exercício da advocacia, firmado as petições e ajuizado as ações declaratórias em desfavor do INSS.

Pergunta-se: Admitindo-se – EM TESE – que o Paciente, após todo trâmite processual, vier a ser condenado em todos os processos, sendo as condutas delituosas praticadas de forma continuada (e isso não há como negar), as penas deverão ser unificadas pelo juízo da execução, porque então não unificá-los agora???

Num raciocínio jurídico lógico, coerente, inteligente, não há nada que justifique o uso da máquina do Poder Judiciário para o processamento de mais de 500 (quinhentos) processos crimes (isso hoje, amanhã serão 1.000), comprometendo quase 80% de toda a estrutura da 2ª Vara Federal Criminal de Bauru; assoberbando também as Varas Criminais da Comarca de São Manuel-SP e Botucatu (onde são deprecadas toda prova acusatória); o próprio TRF3 que julga os

mit

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

incidentes e recursos processuais (hcs, apelações, correções parciais, etc...); a dedicação total do Ministério Público Federal e outras tantas comarcas onde são deprecadas a oitiva de testemunhas, além de equipes da Polícia Federal para transportar o Paciente às audiências, quando se sabe que a responsabilização penal neste caso poderia ser buscada em um só processo crime, ou quiçá em dois ou três. Por derradeiro, não há como negar que até mesmo esse Egrégio Supremo Tribunal Federal, num futuro muito próximo, certamente estará assoberbado com uma milhar de recursos, enfim, **porque não UNIFICAR HOJE o que certamente será UNIFICADO AMANHÃ..!??**

.....
É certo que a sociedade, merece uma resposta jurídica sobre os fatos que foram imputados ao Paciente, mas este, merece também, cidadão brasileiro que é, a imediata intervenção do Poder Judiciário para prestar-lhe a proteção jurisdicional e constitucional a que faz jus, para que possa defender-se das frágeis acusações que lhes foram assacadas, exercendo seu direito de defesa, **fato esse que se tornou impossível, já que não há como defender-se em 500 (quinhentos) processos crimes que tramitam de uma só vez, sendo obrigado a renunciar ao direito de provas, já que não existe a possibilidade de estar presente, nem o réu, nem seu advogado. em todas as audiências designadas (na maioria deprecadas) eis que encontra-se preso, sendo obrigado a requerer sua dispensa pessoal, para minimizar seu sofrimento físico e moral.**

.....
Houve e há, em tese, **ABUSO no poder de Denunciar.**

.....
Some-se ainda em favor do Paciente para ver reconhecido a **unicidade dos processos**, a presença do instituto da **CONEXÃO INTERSUBJETIVA** no âmbito probatório (art. 76, III) eis que a prova da infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares apurada num processo, influirá na prova de outro.

.....
A segunda Vara Federal Criminal de Bauru deve ser a prevalente para os atos dos processos frutos da conexão aqui pretendida, eis que foi aquele r. Juízo quem antecedeu-se a todos atos processuais, inclusive, na decretação da medida de **busca e apreensão** (Proc. nº 2000.61.08.004738-6 – IPL 7-0249/2000) e naquelas medidas assecuratórias que desencadearam o indiciamento, denuncia e conseqüente processo penal em desfavor dos réus.

Destarte, torna-se de rigor o reconhecimento do **simultaneus processus** e, por conseqüência a **conexão intersubjetiva dos mesmos**, atribuindo-se a competência para processar e julgar ao juízo, eis que **os demais devem ser reconhecidos com extensão do primeiro**, formando um só bloco. No caso, a primeira denuncia recebida foi aquela referente ao processo nº 2000.61.08.008777-3, cujo delito foi

niuh

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

praticado em **22/07/1993** recebida em 03/12/2002 pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Bauru.

.....
Enfim, a planilha retro mencionada, evidencia a existência de uma **continuidade delitiva**, clara e transparente. Se não estamos diante de um lapso temporal de 30 dias entre o primeiro e o último delito, não há como negar que o marco temporal entre um delito e outro refletem a mais cabal continuidade delitiva, eis que foram praticados **dia-após-dia** (fls. 3 a 45).

Requer, finalmente, “o **reconhecimento da continuidade delitiva** e conseqüente junção de todas as ações numa só, ou quiçá em 3 ou 4 blocos, aplicando-se o **instituto da conexão intersubjetiva**, atribuindo-se jurisdição à Segunda Vara Federal Criminal da 8ª Secção Judiciária de Bauru-SP” (fls. 45/46).

O Ministro **Sepúlveda Pertence** não solicitou informações à autoridade apontada como coatora (fl. 81).

O ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, opinou pela denegação da ordem (fls. 83 a 87).

É o relatório. -
min

cabf
(2.086)
HC 91.895 / SP

EMENTA

Habeas corpus. Crime continuado. Dilação probatória. Conexão. Reunião facultativa de processos. Prejuízo ao direito de ampla defesa em vista da multiplicidade de ações penais instauradas.

1. Não é possível, em sede de **habeas corpus**, examinar se estão presentes os requisitos fáticos caracterizadores da continuidade delitiva. Tal exame exigiria dilação probatória, não admitida nesta via processual. Ademais, no caso, o Superior Tribunal de Justiça não cuidou do tema no seu mérito, o que configura inviabilidade de seu exame nesta Suprema Corte, porquanto haveria supressão de instância.

2. *“Desde que submetidos ao mesmo juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do CPP.”* (HC nº 80.717/SP, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 5/3/04).

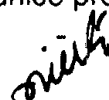
3. Embora a conexão não implique, necessariamente, a reunião dos feitos em curso num único processo, devem eles ser submetidos à competência do mesmo Juízo prevento.

4. A multiplicidade de ações penais não constitui, por si só, obstáculo ao exercício do direito de ampla defesa do paciente. Somente é possível aferir eventual desrespeito a essa garantia constitucional diante de situação concreta.

5. **Habeas corpus** conhecido em parte e, nessa parte, deferido.

VOTO**O EXMO. SR. MINISTRO MENEZES DIREITO:**

O paciente alega ter contra si mais de 500 processos em relação a cujos delitos pretende ver reconhecida a existência de crime continuado. Pretende, também, como consequência, a reunião dos feitos em um único processo.



cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

Consta dos autos que, em julho de 2000, foram apreendidas no escritório do paciente aproximadamente 1000 (mil) Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS adulteradas, que estariam sendo utilizadas por ele e por outros réus para a obtenção fraudulenta de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social.

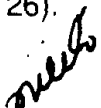
Nesse compasso, para cada documento falso apreendido foi instaurado um inquérito policial, o que havia resultado, ao tempo da impetração, em mais de 500 denúncias e em igual número de ações penais. Nesses feitos ele se vê processado, de modo geral, pela prática dos crimes previstos nos artigos 171, § 3º, (estelionato), 299 (falsificação de documento público) e 304 (uso de documento falso) do Código Penal.

O Juiz de 1º grau indeferiu o pedido de reunião dos processos, sob o argumento:

“(…)

(…)se reunidos os processos que já estão em andamento, o manuseio e sentenciamento de um feito com mais de 180.000 páginas certamente comprometeria um mínimo de objetividade na fase de sentença e, se reunidos os 150 processos que aguardam interrogatório, os interrogatórios teriam que abordar 150 fatos distintos, ter-se-ia que aguardar pela oitiva de, no mínimo, 150 testemunhas de acusação, com todos os percalços na colheita da prova oral e, ainda, a possibilidade da defesa arrolar mais de duas mil testemunhas” (fl. 5.326 dos autos originais, apenso 26).

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região denegou a ordem no **habeas corpus** impetrado contra essa decisão, afirmando que a reunião dos feitos não seria viável naquele momento, pois eles se encontravam em fases processuais distintas, o que poderia causar tumulto processual. Além disso, não seria possível examinar em sede de **habeas corpus**, se estariam presentes os requisitos fáticos necessários à configuração da continuidade delitiva. Finalmente, asseverou que, embora os fatos fossem correlatos, investigava-se, em cada processo, uma conduta criminosa autônoma, isso porque cada episódio era relacionado à utilização de uma CTPS em particular, de propriedade de segurados distintos, sendo que as provas colhidas em cada processo, especialmente as testemunhais, seriam diversas (fls. 5.324 a 5.329 dos autos originais, apenso 26).



cabf

(2.086)

HC 91.895 / SP

O Superior Tribunal de Justiça, a seu turno, negou provimento ao recurso então interposto, em acórdão assim ementado:

“CRIMINAL. RHC. ESTELIONATO. REUNIÃO DE AÇÕES PENAIS. CONTINUIDADE DELITIVA. VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ELEVADO NÚMERO DE PROCESSOS. JUNÇÃO DOS FEITOS QUE NÃO ATENDE AO JUÍZO DE CONVENIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

I. A verificação dos requisitos do art. 71 do Código Penal, a fim de se verificar a eventual caracterização da continuidade delitiva e autorizar a reunião dos diversos processos criminais instaurados contra o réu não pode ser procedida na via eleita.

II. O **habeas corpus** é meio impróprio para essa discussão, na forma como se apresenta o caso dos autos, pois implicaria no revolvimento do contexto fático-probatório.

III. A teor do art. 80 do Código de Processo Penal, a junção de ações penais deve atender a um juízo de conveniência no tocante à otimização do trâmite processual, da produção de provas, etc.

IV. O elevado número de feitos a que responde o recorrente – quinhentos processos criminais –, afasta a conveniência necessária à reunião das ações, diante da dificuldade da tramitação em conjunto, ainda mais quando evidenciado que os procedimentos estão em fases processuais distintas, tendo sido, inclusive, proferidas duas condenações.

V. Não obstante haja correlação entre os fatos objeto dos processo-crime, as provas a serem produzidas em cada processo, especialmente as testemunhais, são diversas, o que poderá inviabilizar o regular andamento do feito.

VI. *Recurso desprovido*” (fl. 49).

O impetrante alega, em síntese, que essas várias ações devem ser reunidas, porque: 1) estariam presentes os requisitos legais para que se reconheça, no caso presente, a continuidade delitiva; 2) existiria conexão intersubjetiva entre os feitos, já que em todos eles figura o mesmo réu e o mesmo autor; 3) também existiria conexão probatória, vez que a prova obtida em uma ação serviria, também, às demais; e 4) o elevado número de processos inviabilizaria o exercício do seu direito de ampla defesa.

Em primeiro lugar, é preciso alertar que as instâncias ordinárias não negaram nem afirmaram a existência de crime continuado, apenas indeferiram a reunião dos feitos com fundamento na inconveniência que isso traria para a respectiva

minh

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

instrução. Da mesma forma, o Superior Tribunal de Justiça não tratou do tema de forma direta, afirmando apenas que a pretensão formulada, nesse particular, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, inviável na via estreita do **habeas corpus**.

Nesse compasso, o Supremo Tribunal Federal está impedido de examinar se, no caso concreto, as circunstâncias indicadas pelo impetrante são suficientes, mesmo em tese, para caracterizar a continuidade delitiva. O enfrentamento da questão consubstanciaria supressão de instância não autorizada, na linha dos seguintes precedentes:

*"I. STJ e STF - HC - Competência originária. 1. Não pode o Superior Tribunal de Justiça conhecer de questão suscitada pelo impetrante - excesso de prazo - que não foi enfrentada pelo Tribunal de origem, ao qual, em consequência, não se pode atribuir a alegada coação. 2. Pelo mesmo fundamento - impossibilidade de supressão de instância -, também não cabe ao Supremo Tribunal conhecer originariamente da questão. II. Denúncia: aptidão: descrição suficiente do delito de associação para o tráfico imputado aos pacientes. 1. É da jurisprudência do Tribunal, na linha do que se tem decidido quanto ao crime de quadrilha ou bando (C.Penal, art. 288), que a configuração do delito de associação para o tráfico independe 'da realização ulterior de qualquer delito compreendido no âmbito de suas projetadas atividades criminosas' (v.g., Ext 966, Pl., 29.6.06, Pertence, DJ 10.8.06). 2. Daí que, para a aptidão da denúncia, o que se 'exige, sobretudo, é que a imputação descreva concretamente os elementos essenciais à realização do tipo cogitado' (v.g., HC 70.290, Pl., 30.06.93, Pertence, RTJ 162/559), o que, no caso, não foi descumprido" (HC nº 90.654/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ 25/5/07).*

"HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. JULGAMENTO DE RECURSO DEFENSIVO EM SENTIDO ESTRITO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DECRETO DE PRISÃO FUNDAMENTADO NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUGA DO PACIENTE APÓS A PRÁTICA DO DELITO QUE LHE É IMPUTADO. ORDEM DENEGADA. A tese do excesso de prazo para a prestação jurisdicional não foi suscitada nas instâncias inferiores, o que impede o julgamento do feito diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes: HC 86.990, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski; HC 84.799, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**; HC 82.213, Relatora a Ministra **Ellen Gracie** e o**

minis

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

HC 83.842, Relator o Ministro **Celso de Mello**. Recurso defensivo em sentido estrito já denegado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Co-réu já julgado e condenado pelo Tribunal do Juri. A gravidade (em abstrato) do delito não se presta, ao ver desta Suprema Corte, como fundamento idôneo para a prisão preventiva. Precedentes. A evasão após a prática delitiva é fundamento idôneo para a segregação cautelar para resguardar a aplicação da lei penal. Ordem denegada" (HC nº 90.162/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro **Carlos Britto**, DJ 29/6/07).

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PACIENTE AFASTADO DO CARGO DE AUDITOR FISCAL APÓS AS IMPETRAÇÕES DE HHCC NO TJ/PR E NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ALEGAÇÃO DE QUE COM O AFASTAMENTO NÃO MAIS REMANESCERIA A NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. FATO SUPERVENIENTE NÃO EXAMINADO NAS INSTÂNCIAS PRECEDENTES. SUPRESSÕES DE INSTÂNCIAS. A prisão preventiva do paciente foi decretada em 13/07/2006, sob o fundamento de que ele, em liberdade, poderia, considerada sua condição funcional, influir na instrução do processo. Em 14/9/2006, foi impetrado **habeas corpus** no STJ, sustentando o exaurimento da necessidade da constrição cautelar, em virtude de o paciente ter sido afastado do cargo de Auditor Fiscal em 23/11/2006. Essa ordem cronológica evidencia que a tese da cessação dos fundamentos da custódia cautelar não foi submetida ao Juízo de primeiro grau, nem ao TJ/PR, muito menos ao STJ. O conhecimento da impetração, sem que a questão superveniente tenha sido posta a exame do Juízo de primeiro grau, do TJ/PR e do STJ implica supressões de instâncias, em três níveis. **Habeas corpus** não conhecido" (HC nº 90.312/PR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ 27/4/07).

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. QUESTÃO NOVA. I. - Por conter questão nova, não apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, o **habeas corpus não pode ser conhecido, sob pena de supressão de instância. II. - HC não conhecido"** (HC nº 86.997/DF, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ 3/2/06).

Advirto que, além de não ser possível conhecer do writ quanto a esse particular, não se configura presente hipótese de concessão de **habeas corpus** de ofício. É que não se pode afirmar a existência dos pressupostos legais da continuidade delitiva sem profunda incursão em matéria fático-probatória, o que, todavia, como

minh

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

afirmou o acórdão impugnado, não é admitido no rito especial da ação autônoma de impugnação em causa.

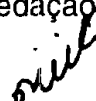
A propósito, confira-se:

“Habeas Corpus. (...) 3. Inviável a via do habeas corpus para a análise da alegação de existência de continuidade delitiva entre as condutas imputadas ao paciente, em razão da necessidade de dilação de fatos e provas. Precedentes: HC nº 71.436/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, unânime, DJ 27.10.1994; HC nº 75.063/SP, Rel. Min. Moreira Alves, 1ª Turma, unânime, DJ 27.6.1997; HC nº 76.381/SP, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, unânime, DJ 14.8.1998; HC nº 79.503/RJ, Rel. Min. Maurício Corrêa, 2ª Turma, maioria, DJ 18.5.2001; HC nº 81.472/RJ, Rel. Min. Nelson Jobim, 2ª Turma, unânime, DJ 14.6.2002; e HC nº 81.914/SP, Rel. Min. Nelson Jobim, 2ª Turma, unânime, DJ 22.11.2002; e HC nº 82.011/PR, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJ de 11.3.2005. 4. Precedentes. 5. Habeas Corpus não conhecido” (HC nº 85.532/RJ, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 18/5/07).

“HABEAS CORPUS. CRIME CONTINUADO. CARACTERIZAÇÃO. 1. A continuidade delitiva (CP, art. 71) não pode prescindir dos requisitos objetivos (mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução) e subjetivo (unidade de desígnios). 2. Impossibilidade de reexame, na via do habeas corpus, dos elementos de prova que o acórdão impugnado levou em consideração para não admitir a continuidade. Precedentes. 3. RHC improvido” (RHC nº 85.577/RJ, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 2/9/05).

De fato, no caso dos autos, os fatos criminosos ainda estão sendo apurados. As ações penais, segundo se pode inferir, ainda estão em fase de instrução. Não seria, portanto, nem mesmo o caso de apreciar a continuidade delitiva a partir de uma moldura fática já delineada por decisões judiciais. O enfrentamento da decisão demandaria, ao contrário, verdadeira dilação probatória a fim de comprovar a presença dos requisitos indicados no artigo 71 do Código Penal, em especial daquele relativo ao **modus operandi**.

De outra parte, no que diz respeito à reunião dos feitos com fundamento nas alegadas conexões subjetiva e probatória, verifico merecer aplicação o artigo 80 do Código de Processo Penal, última parte, com a seguinte redação:



cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

"Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação".

Assim, se o Juiz natural da causa afirma não ser conveniente a reunião dos processos em uma única ação, pelos motivos antes reproduzidos nesse mesmo voto, não cabe ao Supremo Tribunal Federal, especialmente em sede de **habeas corpus**, substituir-se ao órgão julgador, mais próximo à instrução, para afirmar o contrário.

É nessa linha a jurisprudência da Suprema Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO ATIVA E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CRIMES PRATICADOS EM DIVERSAS COMARCAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. REUNIÃO DE PROCESSOS. REITERAÇÃO DE MATÉRIA DECIDIDA EM OUTRA IMPETRAÇÃO. NÃO-CONHECIMENTO. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA. Paciente que, na qualidade de sócio de escritório de advocacia, foi processado em várias Comarcas do Estado do Rio Grande do Sul pela suposta prática dos crimes e corrupção ativa e formação de quadrilha. Denegação de pedido de **habeas corpus** via do qual pretendia a reunião de processos, em virtude da conexão pela continuidade delitiva. (...) De mais a mais, não cabe ao Supremo Tribunal Federal substituir ao magistrado no juízo de conveniência que lhe é assegurado pela norma veiculada no artigo 80 do Código de Processo Penal. Agravo regimental não provido" (HC nº 88.867/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 15/6/07).

"HABEAS CORPUS. 'OPERAÇÃO ANACONDA'. (...) VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS. A regra do art. 79 do Código de Processo Penal - competência por conexão ou continência - é abrandada pelo teor do art. 80 do Código de Processo Penal, que faculta a separação dos autos quando se tratar de fatos distintos, como ocorre nos caso concreto.

....."
(HC nº 84.301/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 24/3/06).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS-CORPUS. DENÚNCIA: ADITAMENTO. FALTA DE INTIMAÇÃO. DECISÃO DO

minh

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

STF NO SENTIDO DE SANAR-SE O VÍCIO. DESCUMPRIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. DILIGÊNCIAS. POSTERGAÇÃO. CONVENIÊNCIA DO RELATOR. APROVEITAMENTO DA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA TOMADA EM OUTRO PROCESSO. CONEXÃO PROBATÓRIA. COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA RECEBER DENÚNCIA CONTRA PREFEITO. LEI 8.658/93. (...) 3. Conexão probatória. Aproveitamento da inquirição de testemunha tomada em processo diverso. Possibilidade, ficando a critério do julgador o exame e valoração da prova, assim como a faculdade de deferir ou não o pedido de reunião de processos, consoante dispõe o artigo 80 do Código de Processo Penal.

(RHC nº 81.922/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro **Maurício Corrêa**, DJ de 29/8/03).

Cumpra observar, no entanto, que a regra do artigo 80 do Código de Processo Penal só pode ser aplicada em relação aos processos submetidos à jurisdição de um mesmo Juízo. Em outras palavras, a separação dos processos ou a sua não-reunião, com fundamento no dispositivo legal suscitado, pressupõe que todos eles estejam afetos ao mesmo Juízo competente. Com efeito, se apenas o Juiz competente para julgar os vários delitos conexos pode determinar o seu processamento em autos apartados, interpretação em sentido inverso que se faz do artigo 80 do Código de Processo Penal pressupõe que os crimes em apreciação, nos autos correspondentes, estejam, igualmente, sob a competência do mesmo Juízo.

Nesse sentido, o seguinte julgado do Plenário desta Corte:

"HABEAS CORPUS. JULGAMENTO. PEDIDO DE ADIAMENTO. SUSTENTAÇÃO ORAL. AUSÊNCIA DO ADVOGADO NA SESSÃO. PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. PREVENÇÃO. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. SÚMULA/STF 394. CANCELAMENTO. CONEXÃO ENTRE TRÊS AÇÕES PENAS. ALEGAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE DE REUNIÃO DE PROCESSOS AFASTADA. CPP, ART. 80. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP PREENCHIDOS. APLICAÇÃO DO ART. 30 DA LEI Nº 7.492/86. (...) 3. Desde que submetidos ao mesmo juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do CPP.

(HC nº 80.717/SP, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 5/3/04).

min

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

As regras dos artigos 76, III, e 79 do Código de Processo Penal, que prescrevem a competência por conexão *“quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração”* e, ainda, a unidade de processo e de julgamento em caso de conexão e continência, não desqualificam a abrangência do art. 80 que torna facultativa a separação dos processos. Como indica **Guilherme de Souza Nucci**, *“tendo em vista que a conexão e a continência, como já afirmado, têm por finalidade garantir a união dos processos para uma melhor apreciação da prova pelo juiz, evitando-se decisões conflituosas, pode ocorrer a inconveniência dessa junção, seja porque torne mais difícil a fase probatória, seja pelo fato de envolver muitos réus – uns presos e outros soltos – e até por razões outras que somente o caso concreto pode determinar”* (Código de Processo Penal Comentado, RT, São Paulo, 5ª ed., 2006, pág. 247).

Por outro lado, a aplicação do art. 80 do Código de Processo Penal não significa a inexistência de conexão ou continência. Facultativa é, apenas, a reunião dos processos. Daí que tudo conduz à unidade da autoridade judicante.

Da mesma forma, não há indicativo de que os feitos devam ser submetidos a jurisdições ou Juízos diversos (Justiça Federal, Militar, Tribunal do Júri, etc).

A interpretação harmônica das regras e dos princípios incidentes no caso revela, portanto, que, malgrado possam ser os delitos apurados em ações distintas, devem ser processados no mesmo Juízo, ou seja, devem as ações penais ser processadas e julgadas em unidade de Juízo.

Merecem, assim, ser colocados os feitos sob a competência do Juízo preventivo.

De outro lado, no que diz respeito à alegada inviabilização do direito de ampla defesa do paciente, assinalo que a multiplicidade das ações penais não implica, por si só, a impossibilidade de se realizar uma defesa ampla e irrestrita. Com efeito, a alegada ofensa não pode ser invocada em vista de uma situação abstrata, mas apenas diante de situações concretas será possível aferir se essa garantia constitucional estará sendo desrespeitada. Essas situações, se sobrevierem no curso das muitas ações

nicu

cabf
(2.086)

HC 91.895 / SP

penais a que responderá o paciente, poderão ser oportuna e pontualmente contornadas por medidas processuais específicas.

Ressalto que, de qualquer sorte, a simples submissão dos processos a um único Juízo já constitui, diante da multiplicidade de ações, facilitador considerável à defesa do paciente.

De todos os modos, nada impedirá que a reunião dos feitos no Juízo prevento seja examinada em outra oportunidade.

Ante o exposto, conheço do **habeas corpus** apenas em parte e, nesta parte, concedo parcialmente a ordem para determinar que os processos sejam todos submetidos ao mesmo Juízo prevento.

mith

19/02/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, acompanho o Relator. Também não conheço do pedido na parte em que haveria a supressão de instância, porque não foi examinada pelo Superior Tribunal de Justiça, e conheço do pedido, para deferir na parte da reunião dos processos no mesmo juízo.

#

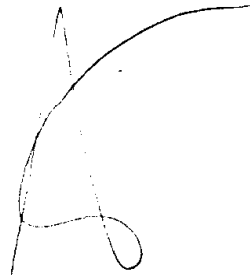
19/02/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO****V O T O**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, ouvi atentamente o eminente Relator e entendo razoáveis as ponderações de Sua Excelência.

De um lado, vejo também que, se o Superior Tribunal de Justiça não cogitou da matéria, não cabe a nós examinarmos o tema. E de outro, como disse muito bem o Excelentíssimo Senhor Relator, a questão da conexão implica, realmente, o exame aprofundado da matéria probatória constante dos autos, o que é impossível na via estreita do *habeas corpus*.

Creio que a solução dada pelo eminente Relator é, pelo menos por ora, satisfatória. E, uma vez remetidos os processos ao mesmo juízo, nada impedirá que o paciente, por meio de seus patronos, renove o pedido de reunião dos processos.

Nesses termos, acompanho o Relator para deferir, na parte conhecida, o *habeas corpus*.



19/02/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Há pedidos sucessivos, e este, quanto à competência por prevenção, estaria compreendido nos demais.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Sim. É o que estou admitindo, com uma interpretação ampliativa razoável do pedido. Na verdade, é só mais uma vara.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - São duas varas e temos centenas de processos.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

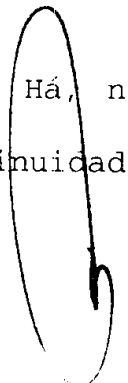
A taquigrafia não precisa tomar nota.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Seria interessante regimentalmente termos a anotação, porque prolatarei voto de improviso e preciso das notas para, depois, juntá-las.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Então, a partir de agora a taquigrafia pode tomar nota.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Há, no caso, pedidos sucessivos, e um deles diz respeito à continuidade delitiva, que não foi apreciada na origem.



HC 91.895 / SP

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO

(RELATOR) :

A continuidade delitiva é o fundamento que justificaria essa reunião dos processos, mas ela não foi objeto de deliberação no julgado do Superior Tribunal de Justiça. E isso, evidentemente, configuraria a supressão de instância. Ademais, parece-me que não seria possível examiná-la se não tivérmos a dilação probatória, mesmo porque há uma fundamentação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no sentido de que esses processos estariam em fases diferentes e a sua reunião causaria um enorme tumulto processual.

Ora, como o artigo 80 do Código de Processo Penal explicitamente autoriza o reconhecimento de que a separação é facultativa, é evidente que não se há de exigir a sua reunião. Todavia, como disse antes, pareceu-me bastante razoável que se fizesse a concentração de todos esses processos na mesma vara, ou seja, obedecendo ao critério do Juízo prevento.

Nessa direção existe precedente de que foi Relator, se não me falha a memória, o eminente Ministro **Sepúlveda Pertence**. Esse foi o motivo pelo qual não conheci do **habeas corpus**, no que diz com o pedido fundamental da continuidade delitiva, porque não apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, e o motivo pelo qual conheci parcialmente do pedido, deferindo-o apenas no que concerne à reunião dos processos no juízo prevento.

HC 91.895 / SP

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Permitir-me-ei pedir vista do processo.

A handwritten signature, likely of Marco Aurélio, is enclosed within a large, hand-drawn oval. The signature itself is stylized and appears to be a combination of letters, possibly 'M' and 'A'.

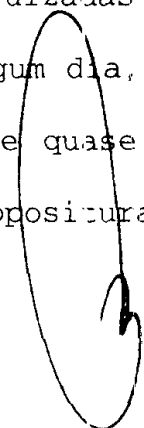
19/02/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Este processo lembra-me um caso de quando eu era Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Em determinado Tribunal Regional do Trabalho, a certa altura, proibiu-se a distribuição de ações plúrimas com o objetivo de revelar um grande número de demandas e, com isso, pretender-se a criação, à época, de novas juntas de conciliação e julgamento. Precisei atuar visando afastar o que, para mim, mostrou-se algo direcionado apenas a haver base para a proposta de criação de Juntas.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Senhor Presidente, neste caso, impressiona-me muito não podermos, pelo menos na minha compreensão, é claro, ultrapassar a disciplina do artigo 80 do Código de Processo Penal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A meu ver, o direito de defesa continua dificultado. Existe até um caso momentoso de ações por danos morais contra jornais, ajuizadas por integrantes de certa religião, que chegará ao Supremo algum dia, sem dúvida alguma, para definir-se a possibilidade de ter-se quase que um verdadeiro terrorismo jurisdicional em termos de propositura de ações.



HC 91.895 / SP

Preocupo-me porque houve a apreensão de certo número de carteiras e, em vez de se concentrarem o inquérito e a persecução criminal, ocorreu a disseminação, como retratado por Vossa Excelência, chegando-se a cerca de quinhentos inquéritos e mais de quinhentas ações, inviabilizando-se, a meu ver, com transgressão do devido processo legal, a própria defesa.

Como estamos na última trincheira do cidadão, que é o Supremo, permito-me pedir vista.

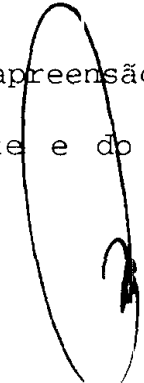
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Este caso é muito interessante. Se Vossa Excelência me permite, não tenho essa perspectiva. Nem sempre a última trincheira do cidadão significa que ele tem o direito. A última trincheira é para reconhecer o direito existente, ou, como disse Vossa Excelência muito bem, é o direito posto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ainda não estou divergindo de Vossa Excelência. Estou, sim, perplexo diante do quadro.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Aqui, aconteceu exatamente isto: houve a apreensão de aproximadamente mil carteiras, no escritório do paciente e do co-réu, que deu origem a estes processos.



HC 91.895 / SP

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Há praticamente mil inquéritos e, hoje, já estão em curso quinhentos processos revelando ações penais.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR):

E foram os processos distribuídos, considerando o Juiz, com base no artigo 80 do Código Penal, que não haveria condições de reuni-los. O citado artigo expressamente autoriza que o Juiz assim considere. E mais do que isso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, examinando os autos, portanto, já no 2º grau, considerou que essa reunião dos processos, além da justificativa do artigo 80, era inviável diante das fases distintas em que se encontravam. E, afinal, o Superior Tribunal de Justiça, que é um Tribunal Superior, examinando a matéria, confirmou não só esse estado de fato como, também, a interpretação do direito. Mas o pedido de vista de Vossa Excelência será extremamente interessante.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ainda vejo o *habeas corpus* como uma ação constitucional que não sofre qualquer peia e pode desaguar em saneamento.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu me manifestei no seguinte sentido: uma vez determinada por esta Turma a reunião dos processos por prevenção, entendo que o pedido de reunião, em face de eventual conexão, pode ser reapresentado em primeiro grau, porque a situação se modifica.

HC 91.895 / SP

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Ministro, com a intervenção de Vossa Excelência, também entendi, exatamente, que há uma possibilidade agora, no juízo de primeiro grau, de renovação do próprio pedido.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, de renovação do pedido.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Ministro **Carlos Ayres**, há mais: veja que o advogado, da tribuna, com lucidez, teve o cuidado de não pedir a reunião num só processo, ele entendeu que seria possível reuni-los em três, quatro, cinco blocos. Ora, isso será possível se nós determinarmos, como estamos fazendo, por uma interpretação generosa da compreensão do **habeas corpus** como uma ação constitucional que de fato é, e permitirá que o Juiz avalie, concretamente, de acordo com o estágio em que os processos se encontrem, se será possível ou conveniente, de acordo com o artigo 80, a reunião dos processos. Sendo certo que, de fato, esta decisão não está inviabilizando a reunião dos processos, pelo contrário, está reafirmando os termos da lei no sentido de que o artigo 80 autoriza a faculdade da reunião dos processos ou da sua separação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não pretendo discutir o tema de fundo porque pedi vista. Mas Vossa Excelência mesmo apontou que há o envolvimento de dois Juízos. Tudo

HC 91.895 / SP

leva a crer que neles, individualmente, já se pretendeu essa reunião, a unificação processual, e não se logrou êxito.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR):**

Consta dos autos que este é o primeiro pedido de reunião dos processos que seguiu o seu trâmite. Foi pedido ao Juiz, ele o indeferiu, subiu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que negou provimento, decisão mantida pelo Superior Tribunal de Justiça. Veio aqui e estamos decidindo dessa maneira.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A não ser pela reunião dos processos em um único Juízo, continua um quadro que, a meu ver, consideradas as audiências designadas e a multiplicidade de processos, inviabiliza o direito de defesa. A minha preocupação é única.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR):**

Esse risco não existe, na minha perspectiva. Não li integralmente o voto, Vossa Excelência mesmo pede que, diante do grande volume de processos que chegam aos nossos gabinetes, só hoje são cinquenta e seis, nós abreviássemos. Da minha parte, faço o possível para resgatar a memória dos feitos que me são distribuídos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Por isso pedi vista: para sacrificar o tempo.

HC 91.895 / SP

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO**(RELATOR):**

Mas, de todos os modos, Vossa Excelência sabe que, na decisão tomada, não existe uma vedação de que essa reunião dos processos, de acordo com a conveniência e com o estágio em que se encontram, possa ser deferida. Não existe inviabilidade, a qualquer momento isso pode ser feito, **mutatis mutandis**, isso tem a mesma estrutura que a facilitação do direito de defesa sob o ângulo do Código de Defesa do Consumidor, em que os conflitos de competência são dirimidos exatamente, levando em consideração essas circunstâncias.

Enfim, certamente o brilho de Vossa Excelência aplacará a ousadia do voto que acabei de pronunciar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não Excelência, só quero estar convencido sobre a matéria para poder proferir voto com domínio total.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO**(RELATOR):**

Mas Vossa Excelência sempre o tem, à exaustão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não é bem assim. Imagina!

19/02/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO****RETIFICAÇÃO DE VOTO**

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Senhor Presidente,
quero fazer uma retificação. Já que Vossa Excelência pediu vista dos autos, ficarei no aguardo do pedido de vista para então votar.

#



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 91.895-6**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO

PACTE.(S): EZIO RAHAL MELILLO

IMPTE.(S): LUIZ FERNANDO COMEGNO

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após os votos dos Ministros Menezes Direito, Relator, Ricardo Lewandowski e da Ministra Cármen Lúcia que conheciam parcialmente da impetração e deferiam, também, em parte a segurança, pediu vista do processo o Ministro Marco Aurélio, Presidente. Aguardará o voto vista o Ministro Carlos Britto. Falou o Dr. Luiz Fernando Comegno, pelo paciente. Desistiu da sustentação o Dr. Otávio Augusto Rossi Vieira, pela OAB. 1ª Turma, 19.02.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.



Ricardo Dias Duarte
p/ Coordenador

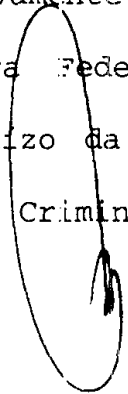
01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULOV O T O V I S T A

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Consta deste processo que, em 7 de julho de 2000, agentes policiais federais realizaram diligência na Comarca de Botucatu, Estado de São Paulo, e apreenderam, no escritório de advocacia do co-réu Francisco Moura, mil carteiras de trabalho e previdência social - CTPS, todas preenchidas com histórico referente a trabalho rural na região. A autoridade policial determinou a abertura de um inquérito para cada documento apreendido. O paciente, o advogado Ezio Rahal Melillo, elaborara e subscrevera as petições iniciais das ações previdenciárias contra o Instituto Nacional do Seguro Social, ajuizadas no Fórum da Comarca de São Manuel/SP, razão pela qual foi indiciado em mil inquéritos policiais pela suposta prática dos delitos de falsificação de documento público, uso de documento falso e estelionato - artigos 304, 299 e 171, § 3º, do Código Penal.

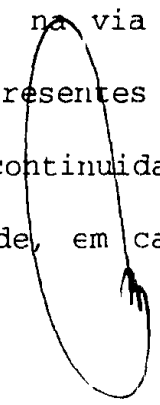
O Ministério Público Federal apresentou uma denúncia para cada inquérito, de modo que hoje estariam em andamento quinhentas ações penais e quinhentos inquéritos. Relativamente às ações penais, 98% delas tramitam no Juízo da 2ª Vara Federal Criminal; do restante, nove encontram-se em curso no Juízo da 1ª Vara Federal Criminal e duas no Juízo da 3ª Vara Federal Criminal,



todas da 8ª Subseção Judiciária da Justiça Federal no Estado de São Paulo - Comarca de São Manuel.

O paciente requereu ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal o reconhecimento da continuidade delitiva e a reunião das ações em uma só. Aduziu ser evidente a existência do instituto da conexão intersubjetiva, tendo em conta o nexo próprio à continuidade prevista na legislação penal - a suposta ocorrência do fato típico no tempo, lugar e modo de execução. O Juízo indeferiu o pedido, sob o argumento de que, se reunidas as ações em andamento, tornar-se-iam mais difíceis o manuseio e a prolação da sentença, dado o grande volume de processos. Por outro lado, ficaria comprometida a objetividade: 150 processos estariam aguardando interrogatório, sendo que estes teriam que abordar 150 fatos distintos, havendo audiência para oitiva de 150 testemunhas de acusação e a possibilidade de a defesa requerer a oitiva de mais de duas mil testemunhas (folha 5326 do apenso 26).

Contra a decisão foi impetrado habeas no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A ordem acabou indeferida, sob o fundamento de que a reunião dos processos não se mostraria viável àquela altura, por se encontrarem em fases distintas. A providência poderia causar tumulto processual. Assentou a Corte que, na via do *habeas corpus*, não seria possível examinar se estariam presentes os requisitos fáticos necessários à configuração da continuidade delitiva. Apesar da correlação entre os fatos, na verdade, em cada



processo, estaria sendo investigada uma conduta criminosa autônoma - a utilização de uma carteira de trabalho e previdência social em particular, de propriedade de segurados distintos. Além disso, as provas eventualmente colhidas, especialmente as testemunhais, seriam diversas (folha 5324 a 5329 do apenso 26).

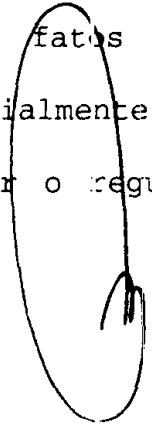
Ocorreu a interposição de recurso ordinário que veio a ser desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça (folha 49 a 54). Na oportunidade, assentou-se que:

a) a verificação dos requisitos do artigo 71 do Código Penal, a fim de se averiguarem a eventual caracterização da continuidade delitiva e a reunião dos diversos processos, não poderia ser procedida na via estreita do *habeas* por envolver o contexto fático probatório;

b) a junção de ações penais, consoante dispõe o artigo 80 do Código de Processo Penal, deve atender à conveniência, otimizando-se a tramitação processual;

c) o elevado número de processos a que responde o paciente afasta a utilidade da reunião das ações, ainda mais quando evidenciado que os processos respectivos estão em fases distintas;

d) embora exista correlação entre os fatos dos processos-crime, as provas a serem produzidas, especialmente as testemunhais, são diversas, circunstância a inviabilizar o regular andamento processual.



Nesta impetração, articula-se que os pressupostos legais para o reconhecimento da continuidade delitiva estão presentes. Conseqüentemente, em face da conexão subjetiva, mostrar-se-ia admissível a reunião dos processos, até porque as provas colhidas em uma ação serviriam às outras. Além do mais, o elevado número de processos prejudicaria o exercício do direito de defesa.

A Procuradoria Geral da República, à folha 83 à 87, opinou pelo indeferimento da ordem. Citando precedentes, disse do não-cabimento de reapreciação de fatos e provas.

O processo foi distribuído ao ministro Menezes Direito por sucessão. Sua Excelência apresentou-o em mesa, para julgamento, na sessão de 19 de fevereiro deste ano. Pronunciou-se pelo conhecimento parcial da impetração e, nessa parte, pelo deferimento. Sua Excelência consignou a impossibilidade de examinar, em *habeas corpus*, a presença dos requisitos fáticos caracterizadores da continuidade delitiva, porquanto implicaria revolvimento de provas. Ressaltou que o Superior Tribunal de Justiça não teria adentrado o tema, aspecto a inviabilizar a admissibilidade da impetração nesse ponto. Fez ver que a multiplicidade de ações penais não constitui, por si só, obstáculo ao exercício da ampla defesa e que conclusão nesse sentido somente pode decorrer de análise do caso concreto.

Quanto à conexão probatória, realçou que, embora o fato não implique necessariamente a reunião dos processos, haveria a necessária competência do mesmo Juízo, presente a prevenção. Então,

Sua Excelência votou no sentido de determinar a reunião dos processos no Juízo que recebera o primeiro deles.

Na assentada, revelei perplexidade. Eis o que veiculei:

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Este processo lembra-me um caso de quando eu era Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. Em determinado Tribunal Regional do Trabalho, a certa altura, proibiu-se a distribuição de ações plúrimas com o objetivo de revelar um grande número de demandas e, com isso, pretender-se a criação, à época, de novas juntas de conciliação e julgamento. Precisei atuar visando afastar o que, para mim, mostrou-se algo direcionado apenas a haver base para a proposta de criação de Juntas.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Senhor Presidente, neste caso, impressiona-me muito não podermos, pelo menos na minha compreensão, é claro, ultrapassar a disciplina do artigo 80 do Código de Processo Penal.

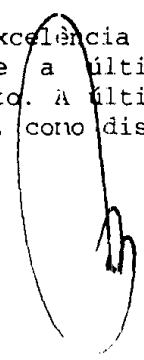
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A meu ver, o direito de defesa continua dificultado. Existe até um caso momentoso de ações por danos morais contra jornais, ajuizadas por integrantes de certa religião, que chegará ao Supremo algum dia, sem dúvida alguma, para definir-se a possibilidade de ter-se quase que um verdadeiro terrorismo jurisdicional em termos de propositura de ações.

Preocupo-me porque houve a apreensão de certo número de carteiras e, em vez de se concentrarem o inquérito e a persecução criminal, ocorreu a disseminação, como retratado por Vossa Excelência, chegando-se a cerca de quinhentos inquéritos e mais de quinhentas ações, inviabilizando-se, a meu ver, com transgressão do devido processo legal, a própria defesa.

Como estamos na última trincheira do cidadão, que é o Supremo, permito-me pedir vista.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Este caso é muito interessante. Se Vossa Excelência me permite, não tenho essa perspectiva. Nem sempre a última trincheira do cidadão significa que ele tem o direito. A última trincheira é para reconhecer o direito existente, ou, como disse Vossa Excelência muito bem, é o direito posto.



O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ainda não estou divergindo de Vossa Excelência. Estou, sim, perplexo diante do quadro.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Aqui, aconteceu exatamente isto: houve a apreensão de aproximadamente mil carteiras, no escritório do paciente e do co-réu, que deu origem a estes processos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Há praticamente mil inquéritos e, hoje, já estão em curso quinhentos processos revelando ações penais.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

E foram os processos distribuídos, considerando o Juiz, com base no artigo 80 do Código Penal, que não haveria condições de reuni-los. O citado artigo expressamente autoriza que o Juiz assim considere. E mais do que isso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, examinando os autos, portanto, já no 2º grau, considerou que essa reunião dos processos, além da justificativa do artigo 80, era inviável diante das fases distintas em que se encontravam. E, afinal, o Superior Tribunal de Justiça, que é um Tribunal Superior, examinando a matéria, confirmou não só esse estado de fato como, também, a interpretação do direito. Mas o pedido de vista de Vossa Excelência será extremamente interessante.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ainda vejo o *habeas corpus* como uma ação constitucional que não sofre qualquer peia e pode desaguar em saneamento.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, eu me manifestei no seguinte sentido: uma vez determinada por esta Turma a reunião dos processos por prevenção, entendendo que o pedido de reunião, em face de eventual conexão, pode ser reapresentado em primeiro grau, porque a situação se modifica.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Ministro, com a intervenção de Vossa Excelência, também entendi, exatamente, que há uma possibilidade agora, no juízo de primeiro grau, de renovação do próprio pedido.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, de renovação do pedido.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Ministro Carlos Ayres, há mais: veja que o advogado, da tribuna, com lucidez, teve o cuidado de não pedir a reunião num só processo, ele entendeu que seria possível reuni-los em três, quatro, cinco blocos. Ora, isso será possível se nós determinarmos, como estamos fazendo, por uma interpretação generosa da compreensão do **habeas corpus** como uma ação

constitucional que de fato é, e permitirá que o Juiz avalie, concretamente, de acordo com o estágio em que os processos se encontrem, se será possível ou conveniente, de acordo com o artigo 80, a reunião dos processos. Sendo certo que, de fato, esta decisão não está inviabilizando a reunião dos processos, pelo contrário, está reafirmando os termos da lei no sentido de que o artigo 80 autoriza a faculdade da reunião dos processos ou da sua separação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não pretendo discutir o tema de fundo porque pedi vista. Mas Vossa Excelência mesmo apontou que há o envolvimento de dois Juízos. Tudo leva a crer que neles, individualmente, já se pretendeu essa reunião, a unificação processual, e não se logrou êxito.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Consta dos autos que este é o primeiro pedido de reunião dos processos que seguiu o seu trâmite. Foi pedido ao Juiz, ele o indeferiu, subiu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que negou provimento, decisão mantida pelo Superior Tribunal de Justiça. Veio aqui e estamos decidindo dessa maneira.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A não ser pela reunião dos processos em um único Juízo, continua um quadro que, a meu ver, consideradas as audiências designadas e a multiplicidade de processos, inviabiliza o direito de defesa. A minha preocupação é única.

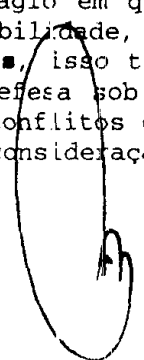
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Esse risco não existe, na minha perspectiva. Não li integralmente o voto, Vossa Excelência mesmo pede que, diante do grande volume de processos que chegam aos nossos gabinetes, só hoje são cinquenta e seis, nós abreviássemos. Da minha parte, faço o possível para resgatar a memória dos feitos que me são distribuídos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Por isso pedi vista: para sacrificar o tempo.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Mas, de todos os modos, Vossa Excelência sabe que, na decisão tomada, não existe uma vedação de que essa reunião dos processos, de acordo com a conveniência e com o estágio em que se encontram, possa ser deferida. Não existe inviabilidade, a qualquer momento isso pode ser feito, *mutatis mutandis*, isso tem a mesma estrutura que a facilitação do direito de defesa sob o ângulo do Código de Defesa do Consumidor, em que os conflitos de competência são dirimidos exatamente, levando em consideração essas circunstâncias.



Enfim, certamente o brilho de Vossa Excelência aplacará a ousadia do voto que acabei de pronunciar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não Excelência, só quero estar convencido sobre a matéria para poder proferir voto com domínio total.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO (RELATOR):

Mas Vossa Excelência sempre o tem, à exaustão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não é bem assim. Imagina!

Recebi o processo no Gabinete em 5 de março de 2008. Nele lancei visto em 21 subsequente, designando como data de julgamento a de hoje, 1º de abril de 2008.

Com o exame do processo e reflexão sobre a matéria de fundo, o entendimento que aflorou na assentada anterior está, já agora, robustecido. Em primeiro lugar, ressaltar que, sem fato, não há julgamento. Uma coisa é a necessidade de sopesarem-se elementos probatórios para concluir-se desta ou daquela forma. Outra diversa é, presentes fatos incontroversos, caminhar-se no sentido do enquadramento jurídico que a parte venha a reclamar. O *habeas* possui envergadura maior, não podendo no julgamento respectivo, quando em jogo a liberdade de ir e vir do cidadão, partir-se para ortodoxia ímpar a ponto de colocá-lo em plano secundário. Viável o exame da matéria, deve fazê-lo o órgão julgador, pronunciando-se como entender de direito. Desse modo procederam o Juízo no qual requerida a reunião dos processos, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e

o Superior Tribunal de Justiça. Este último assim deixou ementado o acórdão que proferiu (folha 49):

CRIMINAL. RHC. ESTELIONATO. REUNIÃO DE AÇÕES PENAIS. CONTINUIDADE DELITIVA. VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ELEVADO NÚMERO DE PROCESSOS. JUNCÃO DOS FEITOS QUE NÃO ATENDE AO JUÍZO DE CONVENIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

I. A verificação dos requisitos do art. 71 do Código Penal, a fim de se verificar a eventual caracterização da continuidade delitiva e autorizar a reunião dos diversos processos criminais instaurados contra o réu não pode ser procedida na via eleita.

II. O *habeas corpus* é meio impróprio para essa discussão, na forma como se apresenta o caso dos autos, pois implicaria no (sic) revolvimento do contexto fático-probatório.

III. A teor do art. 80 do Código de Processo Penal, a junção de ações penais deve atender a um juízo de conveniência no tocante à otimização do trâmite processual, da produção de provas, etc.

IV. O elevado número de feitos a que responde o recorrente - quinhentos processos criminais -, afasta a conveniência necessária à reunião das ações, diante da dificuldade da tramitação em conjunto, ainda mais quando evidenciado que os procedimentos estão em fases processuais distintas, tendo sido, inclusive, proferidas duas condenações.

V. Não obstante haja correlação entre os fatos objeto dos processo-crime, as provas a serem produzidas em cada processo, especialmente as testemunhais, são diversas, o que poderá inviabilizar o regular andamento do feito.

VI. Recurso desprovido.

O *habeas corpus* não sofre qualquer peia, nem mesmo a decorrente de preclusão quanto a título judicial condenatório. Assim, surge com neutralidade absoluta o estágio em que se encontram os processos, dois deles com condenação formalizada. O paciente insurgiu-se contra o quadro, realmente extravagante, revelado neste

habeas à primeira hora, buscando a racionalização da atividade processual, com os meios próprios ao exercício do direito de defesa.

Também não cabe dizer que não se enfrentou a matéria de fundo, ou seja, que até aqui não houve pronunciamento sob o ângulo da continuidade delitiva. É este o único tema que já foi suscitado em três esferas - no Juízo, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e no Superior Tribunal de Justiça.

Em bom vernáculo, dispõe o artigo 71 do Código Penal que:

Art. 71. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Parágrafo único. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.

O preceito encerra a continuidade delitiva no que a racionalização indica a necessidade de adotar-se a celeridade e economia processuais, possibilitando-se o direito de defesa. Trata-se de instituto que, a um só tempo, atende à otimização da atividade judicante e aos interesses do agente. O instituto da continuidade delitiva não pressupõe a mesma vítima.

Pois bem, mediante diligência voltada à busca e apreensão, chegou-se às carteiras de trabalho que se apontam com anotações fraudulentas. Em vez de ser instaurado inquérito único, procedeu-se à individualização. Assim, apreendidas mil carteiras, mil inquéritos vieram à balha, contemplando-se, de forma inexcedível, a estatística. Costumo dizer que o que começa de modo errôneo tende a provocar distorções, complicando-se o quadro a cada passo. Mil inquéritos formalizados, a que se seguiram mil denúncias confeccionadas pelo Ministério Público, surgindo, então, um sem-número de ações penais a inviabilizar, sem dúvida alguma, defesa a tempo e a hora. Basta que se considerem, para tanto, as diversas fases asseguradas em lei com audiências e peças distintas.

A situação é realmente emblemática, razão pela qual tenho certeza que se mostra merecedora de estudos acadêmicos, para revelar, justamente, o que não devem fazer as autoridades que personificam o Estado. As premissas constantes do voto condutor do julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região são realmente estarrecedoras no que se veio a referendar a visão do Juízo segundo a qual:

[...] se reunidos os processos que já estão em andamento, o manuseio e sentenciamento de um feito com mais de 180 mil páginas certamente comprometeria um mínimo de objetividade na fase de sentença e, se reunidos os 150 processos que aguardam interrogatório, os interrogatórios teriam que abordar 150 fatos distintos, ter-se-ia que aguardar pela oitiva de, no mínimo, 150 testemunhas de acusação, com todos os percalços da colheita da prova oral e, ainda, a possibilidade da defesa arrolar mais de duas mil testemunhas.

Esses números estarão ligados, estarão geometricamente aumentados, ante o desmembramento verificado, se vierem à balha as mil ações, referentes às mil carteiras de trabalho apreendidas - das quais constariam lançamentos de vínculos empregatícios fictícios, sendo utilizadas para obtenção de benefícios previdenciários, mediante fraude, tendo como instrumental ações judiciais propostas pelo paciente e pelo sócio. E tudo se dará mesmo havendo a possibilidade de reunir as práticas em processo único, em denúncia única a ser formalizada pelo Ministério Público.

Nada justifica a perpetuação da multiplicidade de ações aventadas, inviabilizando-se, sob todos os títulos, o direito de defesa e chegando-se alfim, se comprovada a culpa dos envolvidos, a sentença que suplantará, considerados os anos alusivos às penas, a vida mais projetada no tempo. A reunião dos processos em um mesmo Juízo não afastará os percalços decorrentes da prática que tenho como inusitada. Cumpre o saneamento do quadro, concluindo-se pela insubsistência das múltiplas ações.

Concedo a ordem em maior extensão, para fulminar os processos em curso e assentar que um só há de merecer a seqüência cabível, imputando-se os crimes que hoje encerram mais de quinhentas denúncias, sendo que outras tantas, em idêntico número, tudo indica, virão à balha, presentes os quinhentos inquéritos que ainda estão a aguardar a oferta de denúncias considerada a prática anteriormente observada. É como voto na espécie.

01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

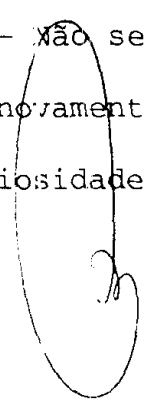
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Veja que realmente o relator preconiza, e com acerto, a remessa de todos os processos ao Juízo que já conta com 98% deles. Mas continuarão esses processos com designação de datas individualizadas para as audiências, com a abertura de prazos específicos para a prática de atos pela acusação e pela defesa e, posteriormente, quem sabe, aí sim, talvez vindo a ser confeccionada sentença única que será objeto de tirada de cópias para juntada nos demais processos.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - O eminente Relator consignou a facultatividade da separação dos processos com base no artigo 80 do Código de Processo Penal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ministro, é um caso para laboratório. Houve a busca e apreensão, foram apreendidas as mil carteiras, mediante mandado único de busca e apreensão.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Agora, busca e apreensão em um único escritório? Em um só local as carteiras se encontravam.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Não sei se em dois escritórios de advocacia. Teria que compulsar novamente os 26 apensos do *habeas corpus* para satisfazer essa curiosidade.




Agora, mil carteiras apreendidas e um inquérito para cada uma delas, considerada a mesma prática, é uma demasia insuplantável.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Causa espécie, causa estranheza.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - A mesma falsificação, a mesma vítima - a Administração Pública. Posteriormente - claro, não houve automaticidade da parte do Ministério Público -, foram apresentadas as denúncias.

Ocorreu a propositura de quinhentas ações penais. Daqui a pouco haverá, considerados os demais inquéritos em andamento, outras quinhentas ações. A defesa teria que contratar vários escritórios de advocacia para atender à tramitação de tantos processos.



01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIFEITO

(RELATOR) :

Vossa Excelência me permite um esclarecimento, como Relator, Ministro **Marco Aurélio**? Meu entendimento foi o seguinte: o Juiz fez a interpretação do artigo 80 do Código de Processo Penal, que faculta ao Juiz essa reunião, e afirmou que assim não fazia porque havia processos em fases diferentes.

niels

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Porque começou errado.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO

(RELATOR) :

Deixa eu só concluir, Ministro **Marco Aurélio**, por favor.

niels

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Vossa Excelência tem todo o tempo que quiser, inclusive o meu.

HC 91.895 / SP

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR) :

Não, não tenho muito tempo não, porque temos muitos processos como Vossa Excelência sempre diz.

O SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Pensei que pudesse apartear.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR) :

Pode, com muito prazer. Só quero concluir esse raciocínio. É um breve esclarecimento.

O que eu entendi, diferentemente do que o brilhantíssimo voto do Ministro **Marco Aurélio** assinala, em outra direção, é que o artigo 80 assegura uma faculdade ao Juiz. O Juiz não reuniu esses processos porque afirmou especificamente que estes estavam em fases diferentes. O que fizemos então? Diante desse aspecto, como salientou o Ministro **Marco Aurélio**, a minha conclusão foi no sentido de determinar a prevenção, que, com isso, não haveria obstáculo à defesa. Agora, como também afirmou o Ministro **Marco Aurélio**, no tocante aos autos, não temos como assegurar se é um, se são dois ou três escritórios, nem sabemos sequer se as ações foram propostas ao mesmo tempo. Provavelmente essas ações podem ter sido propostas em dias diferentes ou em outras épocas. Daí o Juiz ter dito que os processos se encontravam em fases diferentes. Como o Ministro **Marco Aurélio** foi extremamente fiel quando fez o voto do que concerne ao relatório dos autos, apenas estou esclarecendo que tanto o Ministro **Marco Aurélio** quanto eu não temos condições de

HC 91.895 / SP

afirmar nem quantos escritórios são nem, tampouco, se as ações foram ajuizadas ao mesmo tempo, no mesmo momento.

Só esse esclarecimento que eu queria dar a Vossa Excelência.

Agradeço a gentileza.

suu

O SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O mais interessante é a repercussão quanto à distribuição. Fico a imaginar que esse juízo não receberá outras ações diversificadas tão cedo.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Impressiona-me muito no voto do Ministro Marco Aurélio o fundamento de que a separação atomizada como se fez pulverizada, dificulta sobremodo a defesa. Se observarmos bem o artigo 80, na sua parte final, quando ele faculta a separação, é para facilitar a defesa e não para dificultar. Fala até para não prolongar a prisão provisória. Ou seja, a situação do acusado, do réu, é levada em conta pelo artigo 80 em sua parte final.

E, no caso, o Ministro Marco Aurélio evidencia que essa atomização realmente dificulta o exercício dessa garantia fundamental da ampla defesa. Isso realmente me impressiona, embora tecnicamente eu não veja defeito no voto do eminente Ministro Carlos Alberto Menezes.

HC 91.895 / SP

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR) :

Claro. Deixa só eu aduzir também, o Ministro **Marco Aurélio** falou no relatório, só para reforçar, que nós indicamos, na ocasião, que essa reunião dos processos pode ser feita a qualquer momento, a critério do Juiz. Tanto que isso ficou, como disse o Ministro **Marco Aurélio** no relatório que fez, explicitado no voto. Na ocasião em que o Ministro **Marco Aurélio** levantou aquela dificuldade, nós esclarecemos. Quer dizer, como o Juiz afirma que agora esses processos estão em fases diferentes, por isso não reuniu, poderá ele, a qualquer momento, fazer a reunião dos processos.

nith

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -
Como um Juízo tem 98% dos processos e ainda não procedeu a essa reunião, é porque está de acordo com o quadro, que se mostrou palatável para ele.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO
(RELATOR) :

Deve ter um bom paladar.

nith

O SR. ADVOGADO - Excelência, permita-me, pela ordem, uma palavra só para esclarecer que a apreensão se deu em um único dia, em uma única ação policial, no mesmo escritório. Foi o escritório do co-réu. No dia 7 de junho de 2000, foram

HC 91.895 / SP

apreendidas no mesmo local as mil cartelas. Esses processos são seguidos também dia a dia.

Muito obrigado!

O SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Certamente essas carteiras têm numeração diversificada.

01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULOVOTO

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Diante disso, peço vênua ao Ministro Carlos Alberto Direito, sempre louvando a percuciência de Sua Excelência, o voto sempre muito bem-fundamentado, mas acompanho o Ministro Marco Aurélio para conceder o **habeas corpus** em maior extensão.



01/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULO

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente,
peço vênha, mas vou-me manter na fórmula preconizada pelo eminente
Ministro-Relator. *A*

01/04/2008

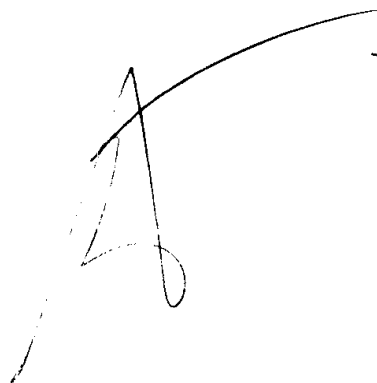
PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.895-6 SÃO PAULOCONFIRMAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, em que pese o brilhantismo do voto de Vossa Excelência, peço vênica para continuar sufragando o voto do eminente Ministro-Relator.

Lembro-me bem de que, naquela assentada em que foi proclamado este voto, o eminente Ministro-Relator consignou que, a qualquer momento, o nobre julgador de primeiro grau poderá fazer - em entendendo conveniente à luz dos autos, diante da presença material dos autos -, se entender conveniente e oportuno, essa junção desses processos.

Portanto, com a devida vênica, acompanho o voto do eminente Ministro-Relator para deferir a ordem.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 91.895-6**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO

PACTE.(S): EZIO RAHAL MELILLO

IMPTE.(S): LUIZ FERNANDO COMEGNO

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Após os votos dos Ministros Menezes Direito, Relator, Ricardo Lewandowski e da Ministra Cármen Lúcia que conheciam parcialmente da impetração e deferiam, também, em parte a segurança, pediu vista do processo o Ministro Marco Aurélio, Presidente. Aguardará o voto vista o Ministro Carlos Britto. Falou o Dr. Luiz Fernando Comegno, pelo paciente. Desistiu da sustentação o Dr. Otávio Augusto Rossi Vieira, pela OAB. 1ª Turma, 19.02.2008.

Decisão: A Turma, por maioria de votos, deferiu, em parte, o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator; vencidos, parcialmente, os Ministros Marco Aurélio, Presidente, e Carlos Britto, que o deferiam em maior extensão. 1ª Turma, 01.04.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador